APREGOADO PELA
MESA EM 16 MAR. 2009

Introduz alterações nos usos permitidos para a subunidade 03 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036 e dá outras providências.

EMENDA Nº 8

Acrescenta ao artigo 4º, parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 4º

Parágrafo único

Para a efetivação do aludido referendo, deverá o poder público municipal garantir ampla participação, discussão e transparência acerca do tema tratado. Para efeito de divulgação dos diferentes pontos de vista, deverá ser produzido material de divulgação das duas posições consultadas, em todas as mídias (materiais impressos, rádio, TV, etc) em condições de igualdade. O processo e seus procedimentos para a realização desse referendo deverão ser controlados e fiscalizados pelo Tribunal Regional Eleitoral, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Estadual e Câmara Municipal de Porto Alegre.

JUSTIFICATIVA

A inclusão deste parágrafo visa estabelecer os parâmetros e a regulamentação do mecanismo de referendo popular acerca da decisão sobre esta lei, em consonância com o parecer emitido pelo prefeito, com base na Constituição Federal, mais precisamente na forma do Art. 14. A realização deste plebiscito deve configura-se num importante marco da democracia participativa e da vida política da cidade de Porto Alegre.

Sala das sessões, 16 de março de 2009.

Pedro Ruas

Vereador- Líder da bancada do PSOL